REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UERJ

PPGH HISTÓRIA

# DIA LOGOS

VOLUME 14, N.1
JAN-JUN DE 2020

# Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 14, n. 1, jan./jun. 2020

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Reitor**
*Ricardo Lodi Ribeiro*

**Vice-reitor**
*Mario Sérgio Alves Carneiro*

**Pró-reitor de Graduação (PR-1)**
*Lincoln Tavares Silva*

**Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)**
*Luís Antônio Campinho Pereira da Mota*

**Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)**
*Claudia Gonçalves de Lima*

**Pró-reitora de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)**
*Catia Antonia da Silva*

**Diretora do Centro de Ciências Sociais**
*Dirce Eleonora Nigro Solis*

**Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**
*Jaime Antunes da Silva*

**Vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**
*Mônica Leite Lessa*

**Coordenadora-Geral do Programa de Pós-graduação em História**
*Beatriz de Moraes Vieira*

**Coordenador-Adjunto do Programa de Pós-graduação em História**
*Carlos Eduardo Pinto de Pinto*

**Coordenador do Doutorado**
*Fabiano Vilaça dos Santos*

**Coordenadora do Mestrado**
*Marina Monteiro Machado*

# Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 14, n. 1, jan./jun. 2020

# Expediente

**Capa**
Juliana da Silva Sabatinelli

**Imagem**
Follow the Light
© Junhui Fang, 2020.

**Diagramação**
Daniel Marcos Martins
Karoline Marques Machado
Juliana da Silva Sabatinelli

**Revisão**
Anderson Albérico Ferreira
Daniel Marcos Martins
José Marcos Paula Pessoa Freitas
Karoline Marques Machado
Ronald Lopes de Oliveira

**Pareceristas *Ad Hoc* desta edição**
Anderson Marcelo Schmitt (UFSC); Cintia Nascimento de Oliveira Conceição (PUC-Rio); Dalton Sanches (UFOP); Danillo Avellar Bragança (UFF); Felipe Matos; Gilciano Menezes Costa (UFF); Israel Silva Aquino (UFRGS); Julian Abascal Sguizzardi Bilbao (USP); Jussara Rodrigues da Silva (UFOP); Leon Adan Gutierrez de Carvalho (UFPR); Lucio Reis Filho (UAM); Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA); Mauro Franco (UFOP); Natanael de Freitas Silva (UFRJ); Patrícia Trindade Trizotti (UNESPAR); Robert Porto Castro (PUC-RS); Rodrigo Marins Marretto (Marins); Rodrigo Pereira (UFRJ); Romulo Gabriel Barros (UFPE); Roni César Andrade de Araújo (UFMA).

**Conselho Editorial**
Alex Brito Ribeiro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Anderson Albérico Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Daniel Marcos Martins – Faculdades Integradas Campo Grandenses, Brasil
Isadora de Mélo Escarrone Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
José Marcos Paula Pessoa Freitas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Juliana da Silva Sabatinelli – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Karoline Marques Machado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Clara Martins Cavalcanti – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Mariana Franco Teixeira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Monique Santana de Oliveira Sousa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Ronald Lopes de Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

**Conselho Consultivo**
Dr. Airan dos Santos Borges – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alex Gonçalves Varella – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alexandre Moraes – Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Anderson Martins Esteves – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. André Bueno – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Bruno Peres – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Carlos Alvarez Maia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Carlos Gregório dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dr. Daniel Barbosa – Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Dr. Daniel Pinha – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Edgar Leite Ferreira Neto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fabiano Vilaça Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Felipe Ferreira Verrão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Reznik – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dr. Oswaldo Munteal Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Tânia Maria T. B. da Cruz Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Silvio de Almeida Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Williams da Silva Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Beatriz Vieira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Carolina Barcellos Dias – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Danielle Gallindo – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Edna Maria dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Eliane Garcindo de Sá – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Erica Sarmiento da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Laura Moutinho Nery – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Paschoal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Márcia Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Regina Candido – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Monique de Siqueira Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Priscilla Leite Gontijo – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

**Correspondência**

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

# Sumário

7 **Apresentação**
*Editorial*

**ARTIGOS**

8 **Liberalismo popular provincial no Grão-Pará**
*Marco Túlio Freire Baptista*

21 **Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, "diálogos" sobre a dependência e a burguesia brasileira**
*Hugo Dante Cyro Macedo Müller*

## APRESENTAÇÃO

A nova equipe editorial da Revista Dia-Logos, organizada pelos alunos da Pós-Graduação em História Política da UERJ, celebra a publicação de mais um volume, um marco importante do retorno de suas atividades na comunidade acadêmica. Nessa edição, contaremos com assuntos já consolidados no fazer histórico, mas que estão sendo revisitados e tomados novos contornos. Trata-se das temáticas ligadas ao Liberalismo e aos diálogos entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.

Em "Liberalismo popular provincial no Grão-Pará" Marco Túlio Freire Baptista adentra a historiografia e demonstra como a entrada de ideias liberais no Grão-Pará produziu diversos levantes populares. Porém, o autor vai além, ao chamar atenção para as diferentes formas e origens desse liberalismo. Dessa maneira, o artigo se mostra um convite à compreensão do que pode ser chamado de "liberalismo popular provincial", metodologia que pode render frutos para a compreensão desse mesmo movimento em pesquisas futuras.

O volume também conta com o artigo "Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, diálogos sobre a dependência e a burguesia brasileira", de Hugo Dante Cyro Macedo Müller. Nesse artigo foi estabelecido uma aproximação entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini a partir das suas respectivas obras "A Revolução Burguesa no Brasil" (1974) e "Subdesenvolvimento e Revolução" (1975). O artigo analisou a questão da "burguesia nacional" e da "dependência", em suas mais variadas compreensões, bem como as aproximações e divergências existentes entre Ruy Mauro e Florestan Fernandes sobre tais temáticas.

Desejamos que a escolha dos artigos propostos sejam do interesse do leitor e que possibilite a ampliação dos debates históricos, mesmo aqueles mais consolidados.

Boa leitura!

Equipe editorial da Revista Dia-Logos.

**ARTIGO**

# Liberalismo popular provincial no Grão-Pará

## *Provincial popular liberalism in Grão-Pará*

## *Liberalismo Popular provincial en Grão-Pará*

Marco Túlio Freire Baptista
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo**

A historiografia sobre a província do Grão-Pará, num todo, concorda que as várias convulsões populares do início do século XIX foram causadas pela introdução de ideias liberais na província. No entanto, esse reducionismo, desprezando as diferentes formas de liberalismo, bem como suas diferentes origens não é o suficiente para compreender o panorama social paraense do período. Essa pesquisa defende a identificação de uma forma radical de liberalismo que teria se difundido entre a população pobre da província, o liberalismo popular provincial.

**Palavras-chaves**: liberalismo popular provincial; Grão-Pará; século XIX.

**Abstract**

The historiography of the province of Grão-Pará, as a whole, agrees that the various popular rebellion of the early nineteenth century were caused by the introduction of liberal ideas in the province. However, this reductionism, disregarding the different forms of liberalism, as well as their different origins, is not enough to understand the Pará´s social panorama of the period. This research defend an identification of a radical form of liberalism that would have spread among the poor population of the province, provincial popular liberalism.

**Keywords**: provincial popular liberalism; Grão-Pará; 19th century.

**Resumen**

La historiografía de la provincia de Grão-Pará en su conjunto concuerda en que los diversos trastornos populares de principios del siglo XIX fueron causados por la introducción de ideas liberales en la provincia. Sin embargo, este reduccionismo, sin tener en cuenta las diferentes formas de liberalismo, así como sus diferentes orígenes, no es suficiente para comprender el panorama social paraense de la época. Esta investigación aboga por la identificación de una forma radical de liberalismo que se habría extendido entre los pobres de la provincia, el liberalismo popular provincial.

**Palabras clave:** liberalismo popular provincial; Gran Pará; siglo XIX.

# Introdução

O período que precedeu ao início da revolta paraense conhecida como Cabanagem (1835), aqui delimitado entre os anos de 1817 e 1834, foi marcado por uma série de convulsões internas, cuja historiografia tradicional atribui à

chegada das ideias liberais, após a Revolução do Porto, bem como a recepção, ao modo popular, de tais ideias, gerando grande descontentamento e aversão às tradicionais formas de exploração portuguesas. Principalmente no que diz respeito às populações pobres miscigenadas e às povoações indígenas semi-incorporadas à sociedade luso-brasileira da Amazônia (Cf. HURLEY, 1936; DI PAOLO, 1990; SALLES, 1992). Contudo, o liberalismo vintista, ou das Cortes Extraordinárias, era claramente moderado. Em outras palavras, bastante afastado da tendência radical que se espalhava pela Europa e, por isso, não poderia ser responsável por tal revolta na Amazônia. Não se pode desconsiderar as outras vertentes de liberalismos mais adaptada aos interesses das populações mais pobres e sua radicalização local. Nesse trabalho, procura-se defender a existência de uma corrente de liberalismo popular provincial, marcada por radicalidade e com influência direta nos estratos mais baixos da sociedade paraense da virada do século XVIII para o XIX.

Reconhecidamente, uma das influências mais fortes de liberalismo no Pará foi a proveniente da França (SALLES, 1992; 24).

## A Influência da Revolução Francesa

Entre as décadas de 1770 e 1780, os dois lados do Atlântico foram sacudidos por uma onda de Iluminismo Radical intrinsecamente definido tanto por sua insistência na liberdade plena de pensamento, de expressão e de imprensa, quanto por identificar a democracia como a melhor forma de governo, características que de forma alguma se encaixam no liberalismo hobbesiano (ISRAEL, 2013; 31). Na França, todo este radicalismo em prol de liberdades e de igualdade viria a desembocar numa grande revolução, que também viria a influenciar diferentes formas de liberalismos.

A "Revolução Francesa, precedida e entrelaçada tanto com a Revolução Americana (1776-1783) como com a Holandesa (1780-1787) não foi uma ocorrência local", pelo contrário, foi um processo decorrente da mudança geral de percepção, ideias e atitudes que foram ganhando ritmo nas décadas de 1770 e 1780, assim como a onda revolucionária transatlântica (ISRAEL, 2013; 46).

> A mudança convenceu grande parte da elite letrada em ambos os lados do Atlântico de que "a condição miserável do homem sob os sistemas monárquicos e hereditários de governo", conforme expressado por Paine, era prova irrefutável "de que esses sistemas são ruins, e que é

> necessária uma revolução geral em relação à fundamentação e à construção de governos". (ISRAEL, 2013; 46)

Foi com esse clima que a Revolução Francesa chegou à fronteira paraense. No limite norte da província estavam instaladas as colônias holandesa e francesa das Guianas. A primeira, de uma república liberal, permissiva aos contatos estrangeiros, principalmente com os Estados Unidos e contando com liberdade religiosa; a segunda, recebendo os impactos direto de ideias radicais vindas da França.

Em 1794 a França aboliu a escravidão pela primeira vez, o que causou grande impacto na sua colônia da Guiana. Essa notícia já fez com que aumentasse o medo na província paraense de possíveis rebeliões de escravos, pois tais notícias penetravam no território brasileiro, trazidas por proprietários franco-guianeses que também se retiravam de suas terras devido aos distúrbios causados pela Revolução e o medo de um levante geral de negros (MARIN, 1992; 36). A radicalidade da revolução na França, declarando a liberdade de todos os escravos, tanto na metrópole quanto nas colônias, fez com que a histórica Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão repercutisse amplamente entre os escravos negros da Guiana, causando graves agitações e levantes com o objetivo de liquidação do elemento branco (SALLES, 1992; 22). Tais circunstâncias se deram principalmente pelo fato de que, embora livres por lei da metrópole, os negros eram obrigados a estabelecerem contrato com seus senhores, permanecendo presos às lavouras e continuavam sendo perseguidos e presos como nocivos desocupados.

Conforme registra Baena, em fins da década de 1790, o medo de entrada das ideias revolucionárias pela Guiana Francesa chega à Corte que alertou o Governador e Capitão-General do Grão-Pará, dom Francisco de Sousa Coutinho (1790-1803) que aumentasse a vigilância sobre a infiltração de tais doutrinas.

> É-lhe recomendado em ordem secreta de 24 de julho de 1797, grande vigilância sobre todos aqueles indivíduos que por palavras ou conciliábulos e, especialmente, pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios, que tem infestado toda a Europa, puderem de qualquer forma desassossegar o Governo: sendo evidente a todas as luzes que é mais acertado prevenir graves mofinas afastando da sociedade aqueles que as pode efeituar do que tolerando-os de introito expor-se depois a proceder contra eles com o mais rigoroso e austero castigo. Toca, pois, a prudência não usar de meios extraordinários se não depois de pleno e exato conhecimento de causa. (BAENA, 1969; 228)

Baena ainda indicou que, neste período, franceses da Guiana, possuidores de bons estabelecimentos rurais, por motivo de estarem receosos dos escravos que se declaravam iguais aos brancos, solicitaram permissão para transmigrar para o Pará e que o Governador consentiu, dando ordem ao tenente Lázaro Valentin Marreiros, comandante de um barco, que andava na dita facção náutica, que os transportasse para a vila de Bragança, onde deveriam residir até ulterior determinação. Eram esse Mrs. Carmell, Grenoullier e Salut (Salles) (BAENA, 1969, 228). Baena, no entanto, simplificou e amenizou a história, numa análise mais detalhada da documentação da época, verificou-se que os franceses Grenoullier e Salles não passavam de pobres que haviam perdido seus escravos, mas, no entanto, foram submetidos à rigoroso interrogatório e revistados para verificar se traziam livros, manuscritos ou folhetos. A mesma coisa teria acontecido com Jacques Carmel e o Governador teria preferido mantê-los no lugar de origem para resguardar as informações dos ocorridos na Guiana. Assim engrossava a fila de franceses e negros suspeitos mantidos sob vigilância (MARIN, 1992; 46).

O final do século XVIII foi marcado por um incremento da militarização na fronteira do Pará com a Guiana, visto a iminência de guerra com a França e os eventuais avanços dos franceses da Guiana em território brasileiro. Da mesma forma, houve um aumento das forças militares no extremo oeste da comarca do Rio Negro, devido ao processo de independência das colônias espanholas que traziam os ares revolucionários para a fronteira paraense do Oeste. Portanto, o primeiro filtro das ideias liberais foi instituído pela metrópole por meio de ações militares. Assim, na década de 1790 o Grão-Pará experimentou uma reforma e incremento militar que anos depois lhe permitiria a ocupação de Caiena (MARIN, 1992; 35).

## A Invasão e ocupação da Guiana Francesa

Com o agravamento das condições de beligerância na Europa e a necessidade de saída de Portugal, d. João, Príncipe Regente, chegou ao Rio de Janeiro a 7 de março de 1808 (MONTEIRO, 1981; 71).

Nesta época era Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro José Narciso de Magalhães de Menezes que logo ao receber as notícias da invasão napoleônica do Reino, iniciou os preparativos para a guerra, levantando

duas companhias de milicianos artilheiros de homens negros e pardos, com subordinação ao comandante do Corpo de Artilharia de Linha. Também publicou, a primeiro de outubro de 1808, o manifesto sobre a necessidade de postar tropas no Oiapoque, limite com a Guiana. A província contava com os Regimentos da Cidade (n. 1), de Macapá (n. 2) e de Estremoz (n. 3); além dos Regimentos de Milícias da Cidade (n. 1), da Campina (n. 2), de Cametá (n. 3) e de Macapá (n. 4) (BAENA, 1969; 267, 274).

A 22 de março de 1808, d. Rodrigo de Sousa Coutinho expediu para o Governador e Capitão-General do Pará a ordem de operações militares contra Caiena. Organizando-se imediatamente um Corpo de Voluntários Paraenses de 600 homens, que se juntou ao Regimento de Estremoz, para formar a Força Expedicionária, sob o comando do tenente-coronel Manoel Marques. A Força Naval ficou sob o comando do oficial inglês Jaime Lucas Yeo (REIS, 1954; 10).

Um fato interessante de ser mencionado nesse advento é o reforço de tropas vindas de Pernambuco com destino a Caiana. Segundo Hurley, a apresentação na cidade de Belém ocorreu em abril de 1809, era composta de duas companhias separadas dos Regimentos de Artilharia e Infantaria de Linha. Uma companhia de pardos e outra de pretos e recrutas vindos do Ceará (HURLEY, 1940; 122). A suposição do caráter dessas companhias de "pretos e mulatos" de Pernambuco avesso aos europeus pode ser verificada em documento da Junta Provisória de Pernambuco relativo à presidência de Gervásio Pires Corrêa, ao descrever o sentimento geral da população em "perseguir os europeus", referenciando, em especial, às populações dos arredores de Recife, onde se estabeleciam "quadrilhas de mulatos e pretos, instrumentos do seu carniceiro rancor contra os europeus", além de mencionar, com o mesmo temor a constituição dos Corpos de Ligeiros da província, caracterizados como "bandos de pretos, cabras e mulatos armados". (EXPOSIÇÃO, 1822; 2). Por fim, relata Baena, que no decorrer do ano de 1810 toda a tropa enviada de Pernambuco havia desertado, encabeçada pelos recrutas do Ceará (BAENA, 1969; 283). Certamente, o medo da influência pernambucana não era injustificável, tanto com relação aos homens pobres livres quanto os escravos de lá provenientes. E tais receios se intensificariam a partir de 1817. Fato que estes homens se dissiparam na população da província.

A expedição paraense obteve rápida vitória sobre as forças francesas durante os meses de dezembro de 1808 e janeiro de 1809, obtendo a rendição do governador francês da Guiana, Victor Hugues. Inicialmente a ação militar sobre a Guiana fazia parte de um plano inglês de guerra contra a França e tinha um objetivo de esvaziá-la de negros e mestiços, a fim de dificultar uma futura reativação da colônia por parte do Governo Francês. No entanto, após a conquista de Caiena, o plano luso-brasileiro mudou e passou a ser administrar a Guiana Francesa como dependência da província do Grão-Pará (CARDOSO, 1984; 154). É nesse aspecto que as medidas militares como profilaxia das entradas de "ideias perigosas" mudaram totalmente de figura, pois iniciou aí um período de longa (e pacífica) ocupação, na qual o grosso das tropas era constituída por índios e mestiços paraenses, portanto dos estratos mais pobres da sociedade que passariam a ter o contato direto com as ideias liberais e revolucionárias que agitavam a antiga colônia francesa deste o início da década de 1790.

## Ocupação e entrada de ideias liberais radicais

Se nas décadas seguintes, a elite paraense, letrada e culta, teve acesso a ideias liberais vintistas, de índole bastante moderada, por meios de jornais ou livros vindos de Portugal, uma parte significativa da população "desqualificada" teve contato direto com a colônia francesa da Guiana, e trouxeram consigo uma importante bagagem revolucionária que rapidamente se difundiria no Pará na década seguinte. Esta parte da população, representada por homens pobres livres, extremamente miscigenada com o elemento indígena, fortemente explorado por séculos, já possuía no seu cabedal de economia moral a expectativa de direitos de liberdade, portanto mais ávida a recepcionar uma forma de liberalismo radical, com suporte popular, um "Liberalismo Popular". Acresce as influências permeada de republicanismo vindas de Pernambuco, com mais ênfase na década seguinte.

Conforme instruídos previamente, Manoel Marques e Yeo proclamaram alforriados a todos os escravos que aderissem à invasão. Muitos fugiram das fazendas e aderiram, outros aproveitaram a ocasião para se revoltarem e saquear as plantações. Conforme o tratado de rendição, os escravos alforriados deveriam ser retirados da Guiana, ou seja, iriam para a província do Grão-Pará.

Estes foram realmente embarcados para o Pará, contudo, desconfiados do seu real destino, se rebelaram e fugiram, desembarcando no Contestado (CARDOSO, 1984; 157)[1].

A ocupação da Guiana pelas tropas paraenses durou até 1817 e esse período foi marcado por grande respeito às leis civis francesas e não intervenção na propriedade privada, além de estimular-se o comércio com a província do Pará. A Guiana teve acesso ao mercado do Amazonas, podendo contar com a importação de gado de Macapá e Marajó, coisa há muito desejada. João Severino Maciel da Costa, Intendente Geral nomeado para a Guiana por d. João em 1810, enviou ao Suriname, em 1812, sob administração inglesa, um pedido para que os navios guianenses gozassem dos mesmos privilégios que os portugueses, conforme rezava o tratado de comércio de 1810 entre Inglaterra e Portugal (CARDOSO, 1984; 160).

A forte ligação administrativa, comercial e militar, acrescida dos bons tratamentos dados pelos portugueses aos habitantes da Guiana, com o intuito de angariar simpatia para uma possível anexação definitiva, nada mais fez do que permitir, como nunca, o trânsito de ideias liberais para o interior da província do Grão-Pará.

É de se esperar que esse liberalismo trazido por homens pobres; índios, mestiços e negros; fosse carregado de suas próprias aspirações de liberdade, sendo uma expressão popular de liberalismo, que se adequaria perfeitamente a grande parte da população pobre proveniente de várias gerações exploradas e oprimidas pelo elemento dominador europeu, o português. Ao retornarem a sua terra natal as "novas ideias" passariam a se difundir com extrema rapidez, e formariam uma opinião pública muito forte, capaz de levar grandes temores à elite dominante lusófila.

## Agentes de sedição

Ainda durante a ocupação, procurou-se identificar agentes de sedição portadores de mensagens revolucionárias no Pará. Em 1815 teria vindo da Guiana o frei Luiz Zagalo, iluminista e maçom, forte pregador político dos ideais

[1] Quanto a região do Contestado, trata-se de uma região entre a fronteira paraense e guianense que permaneceu em litígio entre os dois países (França e Portugal/Brasil) por três séculos, até ser arbitrada internacionalmente em 1900, dando ganho de causa para o Brasil. Cf. GRANGER, Stéphane. O Contestado franco-brasileiro: desafio e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, número 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, pp. 21-39, jul-dez 2012.

de 1798. Franciscano, tendo passado por Lisboa e Caiena vinha nesse momento ser vigário de Cametá na província paraense. Acusado de sublevar os escravos, falando-lhes em liberdade, foi ferozmente perseguido, como anteriormente o padre Pulga, pelo bispo dom Manuel de Almeida de Carvalho (MARIN, 1992; 51). Baena se refere a ele como homem de quem "a moral se ressentia pela sua sensualidade e depravação". Dessa aversão do contemporâneo Baena, percebe-se, também, um rancor pelo aparente apoio que o frei contava por parte da Junta de Governo, já que o Bispo não o conseguia punir e retirá-lo de atividade. Nas palavras de Baena:

> [...]indiscretas senão malignas proteções que dirigiam e acoroçoaram o Padre Frei Zagalo, que passeou ovante pelas ruas da cidade adargado de recursos da Coroa contra o Bispo, [...] e, ainda "deu mais este testemunho para justificar o procedimento do Bispo sempre contrariado pelo Juízo Secular em benefício de um sacerdote, de quem havia escândalo, [...]. (BAENA, 1969; 293)

A presença de frei Zagalo teria incomodado principalmente a burguesia local, grandes comerciantes, latifundiários e possuidores de escravos, o que levou finalmente a sua expulsão da província em 1817 (SALLES, 1992; 16).

É possível que uma certa simpatia às ideias liberais tenha realmente feito com que a Junta de Sucessão Provisional, que governou o Pará de 1810 a 1817, tenha relaxado um pouco no combate à infiltração das ideias liberais e que para contê-las fosse necessário um governador europeu descomprometido com a gente da província, que apresentasse as mais relevantes provas de fidelidade à Portugal para exercer o governo da província.[2]

Embora a grande influência liberal radical no Pará tenha sido da Revolução Francesa, também a Revolução Americana chegava às camadas mais baixas da população do Pará.

## Influência da Revolução Americana

Toda a América Espanhola recebeu grande carga de influência da Revolução Americana, desencadeando uma miríade de processos

[2] Com relação ao Governo da Junta de Sucessão Provisional (1810-1817), esclarece-se que o Governador e Capitão-General da capitania, José Narciso de Magalhães e Menezes faleceu no dia 20 de dezembro de 1810, sendo necessária a formação de uma junta provisória de governo até que fosse nomeado outro governador. Assumindo a deputação o Bispo Dom Manoel de Almeida Carvalho, o Brigadeiro Governador de Caiena Manoel Marques e o Desembargador Ouvidor da Comarca do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo (BAENA,1969; 286).

revolucionários radicais que culminaram no início do século XIX com diversas repúblicas independentes.

O comércio sempre foi o maior meio de troca de ideias entre os mais diversos povos. Tal fenômeno se verifica em qualquer época e em qualquer localidade do planeta em que dois povos troquem mercadoria. O Pará não poderia ser imune a tal efeito do comércio. Pelo contrário, desde sua mais remota exploração, a capitania do Grão-Pará logo se ligou, pela imensa capilaridade fluvial da bacia Amazônica, aos povos dos domínios espanhóis. Ainda no tempo dos Filipes abriam-se as portas de Belém para o comércio andino. Entre 1637 e 1639, Pedro Teixeira, com sua célebre expedição, abriu caminho de Cuzco até Belém, realizando os intentos da Coroa espanhola de, por via fluvial, abrir os mercados castelhanos do Peru (DIAS, 1971; 118). O comércio da capitania desde então sempre foi representado por um grande funil, abrindo-se com larga capilaridade de rios nas duas margens do Amazonas, estreitando-se à medida que se aproxima da capital para, então ter uma única saída, por mar, exportando produtos que vinham desde o Alto Rio Negro até as cercanias de Belém. Esse fluxo contínuo que iniciava na longínqua fronteira ocidental com a Espanha colonial também era o meio condutor de novas ideias que se tornaram preocupantes à medida que os processos revolucionários de independência iam se avolumando nas ex-colônias espanholas.

A correspondência, datada de 28 de abril de 1822, do Brigadeiro José Maria de Moura, Governador das Armas do Pará, dirigida ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, solicitava orientações de como deveriam os comandantes militares da comarca do Rio Negro agir com os comandantes militares revolucionários do Peru. Junto da correspondência seguiam preocupantes papéis impressos. Um deles era a edição de número 7 da *Gaceta Extraordinaria del Gobierno*, impresso pelo governo revolucionário do Peru e trazendo notícias alarmantes dos processos revolucionários do Panamá e de Buenos Aires. Do Panamá consta que "*há passado à cuchillo à toda la guarnicion española que habia em aquela plaza, y enarbolado el santo estandarte de la liberdad*". Também acompanhava o *Estatuto Provisional dado por el Protetor de La Liberdad del Peru* (San Martin), uma espécie de Constituição provisória que dava plenos poderes a San Martin (OFÍCIO, 1822).

Esses afloramentos liberais radicais começaram a vir à tona no governo do último Governador e Capitão General da capitania, Conde de Vila Flor.

## O Governo do Conde de Vila Flor

O governo do Conde de Vila Flor (1817-1820) é muito marcado na historiografia pelo intenso combate e repressão à entrada de ideias liberais e revolucionárias no Pará. Mário Barata, ao pesquisar diversos documentos do Arquivo Público do Pará levantou inúmeras evidências sobre o caráter desse governo, creditando-o como o mais notável na repressão das correntes de pensamento que chegavam, por via de impressos subversivos e emissários que apareciam cada vez mais ostensivamente. Também revela que em fins de 1818 havia a proibição de circulação de determinados jornais no Pará. Cita, por exemplo, que em 30 de outubro de 1818, o Conde de Vila Flor oficiou ao Ouvidor Geral do Pará, cumprindo uma determinação Régia de 9 de julho daquele ano, que proibia a entrada e a divulgação do periódico *O Português* na província. Os documentos do Arquivo Público do Pará, códice 628, "Correspondências dos Governadores com Diversos", revelam uma grande difusão de pasquins em 1819. Uma devassa mandada proceder por ordem do Conde de Vila Flor acaba demonstrando o interesse político na expulsão de algumas pessoas do Pará, por motivo de divulgação de ideias liberais e revolucionárias (BARATA, 1974 Apud SALLES, 1992; 17). Neste momento, é interessante observar a referida devassa, na qual terminou por condenar Manuel da Costa ao degredo perpétuo em Pedra Negra na África. A devassa teve, ainda, outros indiciados no caso, como José Moreira Corrêa, ao qual foi atribuída a cooperação na confecção dos pasquins contra o governo, segundo relato de testemunhas, e condenado a dez anos de degredo para Angola. Um terceiro implicado foi Victor Follacher suspeito por residir na casa de José Moreira Corrêa e, sem provas contra ele, foi condenado a sair da província do Grão-Pará, sob pena de seis anos de degredo, caso voltasse. Manuel da Costa, pelos ataques ao governo e confecções de pasquins incendiários, foi-lhe imputado ser cabeça de uma possível revolução (COSTA, 1821; 16). Este caso é emblemático e aparece nas mais antigas historiografias como sendo um dos mais fortes indícios de difusão do liberalismo radical ainda no período colonial. Sua importância está no aparecimento de "escritos", sejam os citados pasquins

que Manuel Costa é acusado ou mesmo sua defesa que foi publicada em Lisboa em 1821. Inspira o ensinamento de Gabriel Tarde em seu livro, *A Opinião e as Massas*, "basta uma pena para por em movimento milhões de línguas", pois mesmo os que não leem têm acesso ao escrito, visto o fenômeno da conversação oral (TARDE, 2005; 70).

## Considerações finais

Todas essas influências liberais radicais penetram pelos subterrâneos do regime. Transitam e se difundiram oralmente, sem registros escritos ou manifestos, com exceção aos casos mais extremos de ataque ao governo provincial, onde aparecem os pasquins anônimos. Essas experiências radicais, sejam vindas da Guiana Francesa, de Pernambuco ou das ex-colônias espanholas, atingiam primeiramente à parcela da população mais necessitada e desprotegida. Notadamente analfabeta e sem acesso às outras formas de difusão do liberalismo, como o liberalismo vintista, de caráter moderado, mas que chegava à província por meio de livros e jornais acessíveis apenas à elite letrada local.

Esse liberalismo radical, como muitos outros, estava fortemente marcado e transfigurado pela experiência vivenciada e difundia-se pela palavra oral, já que, em sua maioria, era dirigido à majoritária porção analfabeta da população. Também nessa linha pode-se incluir os religiosos com concepções de igualdade que, a exemplo do frei Zagalo, faziam de suas paróquias verdadeiros palanques contra a exploração colonial. Assim, formou-se o que se pode chamar de Liberalismo Popular Provincial, adaptado às realidades e às vicissitudes das parcelas mais baixas da sociedade paraense, que, seria o fermento do posterior liberalismo exaltado na província do Pará.

## Referências Bibliográficas

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro de. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, [1838] 1969.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas*: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, Manoel. *Carta Crime, para inquirição de testemunhas, passada a requerimentos do supplicante Manoel da Costa*: às Justiças da cidade do Pará. Lisboa: Officina da viúva de Lino da Silva Godinho, 1821.

DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: USP, 1971 (Coleção da Revista de História, vol. XXXVII).

DI PAOLO, Pasqualli. *Cabanagem*; a revolução popular da Amazônia. 3 ed. Belém: CEJUP, 1990.

EXPOSIÇÃO verídica dos procedimentos da Junta Provisória de Pernambuco em todo o tempo de o ex-Governador, José Maria de Moura, e na entrada de seu sucessor. Lisboa: Impressão de João Baptista Morando, 1822.

HURLEY, Jorge. *Belém do Pará sob o domínio português*; 1616 a 1823. Belém: Livraria Clássica, 1940.

ISRAEL, Jonathan. *A Revolução da Luzes*; o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da Democracia moderna. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2013.

MARIN, Rosa E. Acevedo. A influência da Revolução Francesa no Grão Pará. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992, (Série Cooperação Amazônica, vol. 11).

OFÍCIO do Governador das Armas da província do Pará, de 28 de abril de 1822. AHU, ACL, CU, 012, Cx. 152, doc. 14781 (Projeto Resgate)

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1953. (Cadernos de Cultura).

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império*; a elaboração da Independência, tomo 1. Belo Horizonte: Editora Atalaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. (Reconquista do Brasil; nova série, volume 39).

**ARTIGO**

# Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, "diálogos" sobre a dependência e a burguesia brasileira

*Florestan Fernandes and Ruy Mauro Marini, "dialogues" on dependence and the brazilian burgundy*

*Florestan Fernandes y Ruy Mauro Marini, "diálogos" sobre la dependência y la burguesia brasilena*

Hugo Dante Cyro Macedo Müller
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo**

O presente artigo pretende estabelecer um “diálogo” entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, a partir das suas respectivas obras clássicas *A Revolução Burguesa no Brasil* (1974) e *Subdesenvolvimento e Revolução* (1975). Dentro da temática dos autores, que analisam o problema do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a sua superação, focaremos na questão da burguesia nacional e da dependência. O artigo irá analisar as aproximações e divergências existentes entre Ruy Mauro e Florestan Fernandes sobre os referidos temas.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes; Ruy Mauro Marini; dependência; burguesia; revolução.

**Abstract**

The present article intends to establish a "dialogue" between Florestan Fernandes and Ruy Mauro Marini, from their respective classic works The Bourgeois Revolution in Brazil (1974) and Underdevelopment and Revolution (1975). Within the thematic of the authors, who analyze the problem of the development of capitalism in Brazil and its overcoming, we will focus on the question of the national bourgeoisie and dependence. Analyzing the approaches and divergences between Ruy Mauro and Florestan Fernandes on these themes will be the objective of this article.

**Keywords:** Florestan Fernandes; Ruy Mauro Marini; dependency; bourgeoisie; revolution.

**Resumen**

El presente artículo pretende establecer un "diálogo" entre Florestan Fernandes y Ruy Mauro Marini, a partir de sus respectivas obras clásicas *La Revolución Burguesa en Brasil* (1974) y el *Subdesarrollo y la Revolución* (1975). Dentro de la temática de los dos autores, que analizan o problema del desarrollo del capitalismo de Brasil y su superación, enfocaremos en la cuestión de la burguesía nacional y de la dependencia. Analizar las aproximaciones y divergencias entre Ruy Mauro y Florestan Fernandes sobre los referidos temas será el objetivo de este artículo.

**Palabras-clave:** Florestan Fernandes; Ruy Mauro Marini; dependencia; burguesia; revolución.

## Introdução

Muitos estudos se debruçaram sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, seus limites e contradições durante o longo século XX. Para tais pesquisas, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini tornaram-se importantes referências, com obras seminais sobre o caráter da burguesia nacional e a dependência do capitalismo brasileiro enquanto chave para entender os caminhos e malogros de nosso desenvolvimento. Por outro lado, em decorrência da ausência de uma relação intelectual entre os autores, a própria historiografia realiza poucas correspondências entre ambos, apesar dos mesmos terem versados sobre o mesmo tema de forma profunda e original. Desta forma, estabeleceremos um "diálogo" entre os referidos intelectuais, apontando aproximações e divergências sobre a questão da dependência e da burguesia. Neste artigo, mobilizaremos a clássica obra de Florestan Fernandes *A revolução burguesa no Brasil*, publicada em 1974, e o célebre livro de Ruy Mauro Marini *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicado em 1975. Privilegiaremos um recorte das obras que aborde o desenvolvimento do capitalismo a partir de 1920. Ambos os livros marcam a fase intelectual "madura" de seus escritores. Escritos durante a ditadura empresarial-militar, apontam de forma crítica o caráter da burguesia nacional, então promotora de uma modernização conservadora, e evidenciam, através da teoria da dependência, a permanência do Brasil nos marcos do subdesenvolvimento mesmo diante de altas taxas de crescimento do então recente "milagre econômico" dos anos 70.

## Burguesia nacional, dependência e revolução

As perspectivas dos autores apontam elementos que se complementam, porém, não significa que não haja discordâncias entre ambos. O próprio título da obra de Florestan Fernandes pressupõe uma primeira divergência entre os intelectuais. Para Florestan a Revolução burguesa no Brasil teria sido uma revolução "passiva", de forma peculiar às revoluções na Europa:

> A questão estaria mal colocada, de fato, se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos. Trata-se, ao contrario, de determinar como se

> processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. (FERNANDES, 1976, p.20).

Portanto, a Revolução burguesa no Brasil foi um longo trajeto de transformações lentas que consolidou uma dominação burguesa na sociedade brasileira. A desagregação de um regime escravocrata-senhorial para a consolidação de um regime de classes faz parte de uma revolução que rompeu "com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social". (FERNANDES, 1976, p.21).

Ruy Mauro Marini não irá trabalhar com o conceito de "Revolução burguesa", o autor afirma que tal revolução ocorreu em uma etapa definida do capitalismo mundial contra as forças que travavam o desenvolvimento capitalista, além do fato da burguesia ter incluído setores populares neste movimento. Em contraste a tal premissa, o intelectual da Teoria Marxista da Dependência aponta que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se aliou às forças reacionárias – oligarquia – e agiu contrariamente aos interesses da média e pequena burguesia, definindo tal processo enquanto contra-revolucionário: "Em lugar da revolução burguesa, o processo brasileiro representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas – e claro está, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro (...)." (MARINI, 2012, p.28). Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro não passou por um processo revolucionário de caráter burguês devido ao setor exportador da economia ser o elo estruturador das relações de produção capitalista no país e o setor do capitalismo industrial ser dependente deste capital exportador. Portanto, ao invés de uma ruptura com o setor mais arcaico de produção por parte do setor mais moderno da economia, houve uma coexistência marcada pela interdependência dos setores da burguesia brasileira.

Porém, a despeito desta divergência, tanto Florestan quanto Marini partem de um ponto em comum para analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil: a sua intrínseca ligação com a estrutura agrária (em maior ou menor grau, dependendo do autor) e a sua dependência em relação ao capitalismo mundial. Desta forma, o capitalismo no Brasil não percorrerá o caminho clássico das burguesias europeias, apesar deste trajeto ter estado como ideário em boa parte da burguesia nacional. Florestan Fernandes realiza um ensaio

sociológico que remonta o desenvolvimento da burguesia no Brasil desde o período colonial, onde identificará as modificações – culturais[1] e econômicas - de um processo de "entesouramento" pré-capitalista para a acumulação capitalista. Tal processo foi caracterizado pela inserção de elementos comerciais da aristocracia agrária no cerne das novas relações de produção.

Será em seu quinto capítulo que o autor irá analisar a concretização da Revolução burguesa, datando o início do século XX como um período inicial deste processo de efetivação do poder burguês. A virada do século é marcada por uma burguesia frágil que alcança o controle político – do Estado – sem alcançar uma hegemonia social e econômica. Assim sendo, a oligarquia brasileira adentrou o século XX sem se fragilizar; a aristocracia agrária, portanto, encarou a transição enquanto uma oportunidade de se modernizar e estabelecer novos laços de alianças. Isso teve como consequência um condicionamento do poder burguês.

> O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do "atraso" quanto do "adiantamento" das populações. (FERNANDES, 1976, p.205).

Portanto, qualquer "impacto" civilizador e modernizante de uma revolução burguesa foi diluído pelas relações de dependências políticas entre os setores da burguesia. Daí umas das causas desta revolução ter sido "passiva", lenta e conservadora. Diante da desagregação social ocorrida pela abolição, a burguesia não atuou como uma força reorganizadora, gerando um crescimento tumultuado das zonas urbanas. Pelo contrário, o papel burguês foi no sentido de amenizar as mudanças sociais provenientes do fim da escravidão, preservando relações sociais arcaicas. Florestan adiciona às características burguesas de

[1] Sintetizamos através do termo "modificações culturais" a tese desenvolvida por Florestan acerca das influências da mentalidade da aristocracia rural no desenvolvimento da burguesia nas cidades: "Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela 'aburguesou-se'." In: FERNANDES, Florestan. *Op. Cit*, p. 28 -29.

início do século um "provincianismo" de essência rural. As cidades que outrora eram "ilhas burguesas" num sistema colonial estavam impregnadas de um horizonte cultural de forte influência oligárquica. Nelas, as polarizações entre os setores burgueses não rompiam ou ampliavam uma mentalidade de preocupações particularistas da "província", principalmente de interesses materiais imediatos. Em contradição com sua realidade, a burguesia não deixou de desenvolver um ideário que teve como modelo as burguesias europeias, auto-atribuindo papéis grandiosos de vanguarda em uma possível transformação social e econômica do país. Porém, que nunca saiu do campo das ideias.

> As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos, se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico. (FERNANDES, 1976, p.206.)

Assim sendo, gerou-se uma burguesia ausente de um espírito modernizador, circunscrevendo-o no campo econômico para o desenvolvimento das atividades econômicas que lhe interessavam, porém, se ausentado do papel de "guia" da nação em seu aspecto civilizacional. Nesta altura, Florestan adiciona outro elemento para a formação da burguesia nas primeiras décadas do século XX: sob o regime de um capitalismo competitivo, a modernização advinda do capitalismo externo com fins de desenvolver uma economia interessante aos países centrais deveria ter como limite o campo técnico. A força modernizadora externa, portanto, era anulada em seu aspecto cultural evitando uma formação do brasileiro capaz de uma revolução nacional, nocivo aos interesses engendrados pela burguesia nacional e internacional.

Portanto, o desenvolvimento da burguesia passava pelo que Florestan definiu enquanto "procedimentos autocráticos", ou seja, arranjos entre os setores da burguesia brasileira, e entre esta e a burguesia internacional. Tais procedimentos tinham suas oposições. A primeira seria a contradição entre a prática da burguesia brasileira e a sua filiação filosófica liberal de origem europeia, de uma empresa livre e uma democratização de feições liberais. Como resultado havia uma inevitável concepção da burguesia nacional enquanto

promotora de “acordos espúrios” e deturpada. A segunda oposição com consequências mais amplas na política nacional diz respeito a uma pulverização de interesses no interior da “grande burguesia”, na qual setores médios mais radicalizados se tornaram forças opositoras às frações dominantes da burguesia (tenentismo, campanha do sufrágio, etc.), além de setores da própria burguesia industrial (industriais de São Paulo e Rio de Janeiro em alguns momentos) e até da oligarquia (setores rurais economicamente estagnados como das regiões do Rio Grande do Sul). Neste sentido, a reação do arranjo autocrático burguês se deu através de determinadas práticas políticas:

> (...) ela teve larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral a manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo. (FERNANDES, 1976, p.209).

Florestan discorda de que nesta altura do desenvolvimento da República – a partir da década de 1920 – tenha ocorrido uma “crise oligárquica”. Para o autor, as pressões sociais geravam a preocupação burguesa em preservar as condições de acumulação do capital, nesta perspectiva a linha divisória entre os dois setores dominantes da burguesia torna-se ainda mais tênue. Tal fato gera a oportunidade de modernização de setores oligárquicos e também condicionando o caráter econômico e político da revolução burguesa.

> Depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo, o Governo Dutra e, especialmente, a “revolução institucional” (sem que se ofuscassem nos entreatos). Parafraseando os mexicanos, poderíamos dizer que se constitui uma nova aristocracia e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) — e não as classes médias ou os industriais — que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil. (FERNANDES, 1976, p. 209).

Marini segue a mesma linha ao interpretar a ascensão de setores médios após a década de 1920. As pressões de uma classe média em ascensão levarão a burguesia industrial a buscar uma estabilização de poder através da associação com os latifundiários e sua extensão comercial. Tal fato é denominado pelo autor enquanto uma “coalizão dominante”. Por outro lado, a burguesia estabelece um “esquema particular de relações com o proletariado” marcado por concessões sociais e enquadramento a uma estrutura sindical rígida.

> O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía,

> portanto os conflitos de interesses no interior da coalizão dominante. (...) que se manifestaram em uma instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder. (MARINI, 2012, p.57).

Deste modo, a burguesia industrial será limitada e condicionada durante muito tempo pelas oligarquias, parcela da burguesia ligada ao setor primário-exportador. A crise do mercado imperialista na segunda década do século XX gerou uma restrição nas exportações do setor agrário paralelamente a uma diminuição da importação de bens de consumo. Abre-se a possibilidade, portanto, de desenvolver um setor industrial no país para suprir as demandas do consumo interno. Como afirma o autor:

> Desde 1920 até o início dos anos 1950, muitos países se lançam por esse caminho, e alguns como a Argentina, o Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis. (MARINI, 2012, p. 54).

Contudo, para Marini, a ascensão da burguesia industrial não marcou o declínio da oligarquia devido a uma série de políticas do próprio Estado brasileiro que conseguiu manter o escoamento da produção agrária. O período da II Guerra Mundial gerou um aprofundamento das condições para o desenvolvimento do setor industrial, além de reunir as condições objetivas para o controle da "coalizão dominante". As lideranças trabalhistas representarão o anseio da burguesia industrial de se tornar o setor dominante dentro da burguesia. O esgotamento da indústria leve, de bens de consumo não-duráveis gerou a necessidade de a burguesia industrial desenvolver a indústria pesada, de consumo durável e de bens de produção. Contudo, para tal empreitada o uso maior dos excedentes de exportação e a imposição de taxas alfandegárias se impunham enquanto necessidade para estabelecer essa nova fase da indústria brasileira. Essa aspiração da burguesia nacional se chocou com os interesses oligárquicos e ao mesmo tempo com o capitalismo imperialista que, por sua vez, se reorganizava com muita mais força no pós-guerra.

Percebe-se que ambos os autores realçam o papel da oligarquia no estabelecimento político e econômico da burguesia industrial e rejeitam a tese de "colapso da oligarquia". Enquanto Marini irá tratar como um pacto entre setores da burguesia, de caráter antagônico e que não excluía conflitos entre ambos, Florestan irá além, identificando uma "fusão" destes setores.

Assim sendo, o populismo – termo que não é aprofundado pelos autores, mas que sintetiza em suas obras a ambígua relação entre concessão de direitos e controle sindical – para Florestan estará ligado a "procedimentos autocráticos" de uma burguesia sem distinções claras entre o setor industrial e oligárquico; por sua vez, para Marini trata-se do produto de um "bonapartismo"[2] da burguesia industrial lançado para hegemonizar a "coalizão dominante":

> O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como o recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários. Fincando-se nas massas populares urbanas – seduzidas pela fraseologia populista e nacionalista, e mais concretamente, pelas tentativas de redistribuição da renda–,a burguesia tenta erigir um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. (MARINI, 2012, p. 58).

O espaço político onde atuariam outros setores sociais – seja da pequena e média burguesia ou da classe trabalhadora –sugere tanto uma divergência como uma convergência entre os autores. Importante frisar que tal divergência faz sentido em uma análise que para Marini precede à fase de integração capitalista, ou seja, anterior à internacionalização do capital nacional.

Primeiro a divergência. Marini, ao tratar os setores dominantes da burguesia - oligarquia agrária e industriais - enquanto claramente distintos, relaciona as disputas e as alianças intraburguesas com as possibilidades de ascensão política de setores baixos da sociedade e vice-versa. Por exemplo:

> (...) a investida fracassada da oligarquia, em 1932, reforça a posição da pequena-burguesia, cuja ala radical, unida ao proletariado, deseja aprofundar a transformação revolucionária (...). A insurreição de esquerda de 1935 termina, entretanto, com a derrota dessa tendência, o que permite que a burguesia consolide sua posição. Aliando-se à oligarquia e ao setor direitista da pequena-burguesia (...). (MARINI, 2012, p. 136).

Portanto, para Marini, as contradições burguesas apesar de não terem ameaçado as bases do poder, geravam possibilidades de lutas com potenciais para alterar o regime do capitalismo. Isto porque, a despeito da aliança entre os setores dominantes, houve momentos de reação do setor industrial ante a oligarquia que convulsionou o país (as crises políticas de 1954 e 1961, no Brasil,

[2] Segundo Noberto Bobbio, Karl Marx desenvolve em sua obra *Os 18 brumário de Luís Bonaparte* o conceito de bonapartismo. Trata-se da ocorrência de um governo que submete o parlamento ao executivo, liderado por um líder com certo apelo popular e que se coloca enquanto representante da nação e árbitro dos interesses de classes. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. P. 117-118.

são citadas como exemplos). Do mesmo modo, o autor irá identificar uma burguesia industrial de bens leves destinado ao mercado interno com aspirações divergentes do setor industrial de bens de produção, no período inicial da integração do Brasil ao capital estrangeiro.

Por outro lado, para Florestan a composição da burguesia nacional se estabeleceu de forma que não permitiria oposições que viessem de fora da chamada "grande burguesia". O autor é taxativo ao afirmar que a "democracia restrita" do capitalismo brasileiro permitia um espaço político para tais aspirações apenas no campo formal, na prática a reação da burguesia era violenta. Desta forma, as oposições "permitidas" eram de dentro desta burguesia (média e pequena burguesia), legitimados como "dentro da ordem" ou de "feições democráticas". Porém, na realidade eram débeis por serem de origem burguesa: "Isso não só explica a feição tomada pelas rebeliões militares, na década de 20, pela revolução da Aliança Liberal ou pela Revolução Constitucionalista, 30 e 32, e outros movimentos posteriores". (FERNANDES, 1976, p. 213). Em contraste com o trato dado a tais movimentos, havia um exacerbado controle sobre o movimento sindical e insegurança quanto aos "movimentos populistas" devido a sua composição operária.

Portanto, a divergência dos autores consiste em que Marini via uma potencialidade revolucionária em setores baixos da burguesia e que a dualidade do capitalismo brasileiro poderia abrir brechas para estes movimentos. Já para Florestan, a revolução burguesa tinha chegado a um grau de domínio e coesão que não permitia partirem transformações radicais desde dentro de suas fileiras.

Por trás das visões distintas dos autores sobre as possibilidades de transformação do capitalismo em sua fase prévia à integração ao capital monopolista existe uma questão que move as elucubrações sobre o capitalismo brasileiro: quais foram as opções alternativas de desenvolvimento da burguesia? Para tal resposta os autores, principalmente Marini, vão além de analisar a burguesia nacional, e a inserem na dinâmica do capitalismo internacional. Por sua vez, está na abordagem do vínculo da burguesia nacional com o capitalismo internacional a convergência de ambos os autores.

Para Ruy Mauro Marini, a partir de 1945 houve um novo caráter da dependência dos países latino-americanos. Com o fim da II Guerra Mundial

ocorreu um processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico. Os Estados Unidos serão o centro do capitalismo com a concentração e monopolização do capital por parte de suas indústrias.[3] Segundo Marini, no momento em que as burguesias nacionais consideraram conveniente desenvolver as indústrias de base houve um processo de "assédio" do capital estrangeiro. A primeira reação da burguesia industrial foi a formulação de "uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo" (MARINI, 2012, p. 60). No campo econômico, a burguesia tenta reunir excedentes para a importação dos bens de produção a despeito das condições exteriores adversas. Para tal objetivo, houve a necessidade de ceder benefícios e incentivos para o setor agroexportador. Com o intuito de que não ocorresse uma limitação da capitalização necessária, o setor industrial transfere para o trabalho os custos pelo investimento da nova fase industrial, ou seja, uma prática capitalista que Ruy Mauro Marini vai formular enquanto um princípio fundamental do subdesenvolvimento: a "superexploração do trabalho". A consequência foi um rompimento com as políticas populares, abrindo mão de reformas estruturais e distribuição de renda, perdeu-se a classe trabalhadora enquanto uma aliada tática. Ao passo que há uma intensificação no decorrer dos anos de 1950 da tentativa de penetração do capital estrangeiro. Desta forma, a burguesia nacional abre mão da tentativa de um desenvolvimento autônomo e realiza o advento dos bens de produção – maquinários obsoletos para o capitalismo central – através das entradas dos capitais estrangeiros em forma associada às empresas locais. Inicia-se, portanto, uma nova fase do capitalismo dependente, mais radical, intitulada pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência enquanto "capitalismo integrado".

Portanto, a década de 1950 será uma fase de transformação importante para o capitalismo brasileiro. Nos quatro primeiros anos desta década - último governo Vargas - ocorrem dois movimentos da burguesia industrial: a tentativa de formular uma ideologia nacionalista de desenvolvimento, nesse contexto surge o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), e em movimento contrário uma capitulação em relação ao avanço conservador, vide a

[3] Para entender os motivos da ascensão dos EUA no sistema capitalista pós-guerra ver: BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular. 2012, p. 114.

Lei de Segurança Nacional e a reforma cambial. Nesta altura, a integração do capital estrangeiro à economia brasileira se tornou irreversível. Será neste contexto econômico que os teóricos do desenvolvimento nacional irão formular projetos nacionalistas. Sob o mesmo governo, de Café Filho, que assinou a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Ministério da Fazendo ficou sob controle de Eugênio Gudin, "abertamente favorável ao capital estrangeiro." (MARINI, 2012, p. 80).

Florestan Fernandes irá realizar a seguinte reflexão sobre o capitalismo dependente: "(...) o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um "capitalismo difícil", o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parteiras e amas-secas." (FERNANDES, 1976, p.214). Se a revolução burguesa era de difícil realização sob o capitalismo dependente, a sua concretização era fundamental para a manutenção do capitalismo no Brasil. Portanto, ao utilizar o termo "revolução", o autor está descartando a acepção de uma inviabilidade da burguesia brasileira, pelo contrário, está auferindo a sua realização dentro de suas possibilidades e limites. Neste sentido, assim como Marini, o sociólogo vai identificar na passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista os limites desta revolução burguesa e ao mesmo tempo a derrocada do que qualifica enquanto uma "ilusão" burguesa de desenvolvimento. A crença em um desenvolvimento universal das burguesias iludiu setores dominantes durante o processo de transição do capitalismo competitivo para o monopolista. Assim Florestan definiu a ilusão burguesa:

> (...) as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à burguesia nacional (através e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrático nacionalista. (FERNANDES, 1976, p. 216).

Segundo o autor, tal ilusão era compartilhada pela alta burguesia, porém tinha como principal promotor uma pequena-burguesia radicalizada. Tanto para Florestan quanto para Marini, os anos de 1950 marcam a ascensão deste pensamento por um capitalismo autônomo ao passo da crescente entrada de capital estrangeiro. Entretanto, os rumos políticos e econômicos da década aceleraram o desenvolvimento de outro caráter da burguesia nacional: conservadora e integrada ao capital internacional. Florestan cita três fatores, dois internos e, por fim, um externo. Os dois fatores internos são: 1) a pressão

das massas populares, que apesar de não ameaçarem a base de poder preocupava os círculos mais conservadores 2) A intervenção cada vez mais direta do Estado na economia, preocupando a iniciativa privada. Já o fator externo diz respeito à avassaladora entrada de capitais estrangeiros, os quais continham um forte conteúdo político que pressionava um desenvolvimento que garantisse condições adequadas de investimento e lucro das empresas estrangeiras no Brasil. "Essa pressão continha um elemento político explícito: condições precisas de desenvolvimento com segurança (...)." (FERNANDES, 1976, p.216).

Assim, a transição para o capitalismo monopolista, para Florestan Fernandes, ou para o capitalismo integrado, como conceitua Ruy Mauro Marini, aprofundam o caráter conservador da burguesia nacional ao mesmo tempo em que põe fim a um ciclo de tentativas de "desenvolvimento autônomo", para Marini, e de "ilusões" burguesas, para Florestan.

O golpe de 1964 será para Florestan o início de um regime burguês agindo de forma hegemônica, em associação íntima com o capital estrangeiro e com um Estado como instrumento exclusivo do poder burguês. Marini aponta que o golpe marcou a consolidação da integração da burguesia ao imperialismo abrindo mão de uma política de "cooperação antagônica" entre o Brasil e os países desenvolvidos.

## Considerações finais

Desta forma, a partir de um exercício de "diálogo" entre as duas obras clássicas de Marini e Florestan, à guisa de conclusão, depreendemos algumas noções de tais autores sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro que servem como referenciais para os estudos acerca do referido tema, destacamos três: 1) A ilusão burguesa de desenvolvimento capaz de conferir à sua classe uma autonomia para o trato das questões nacionais, tal como uma "revolução democrática"; 2) O efeito da entrada de capital estrangeiro na fase de transição do capitalismo brasileiro após a II Guerra Mundial, condicionando a burguesia nacional e seus arranjos políticos internos aos interesses externos; 3) Por fim, o papel histórico da oligarquia agrária na formação da burguesia brasileira,

tornando-a singular, compondo a classe dominante através de uma linha tênue com o setor industrial.

## Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de janeiro: Zahar, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular. 2012.

MENDONÇA. Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1999.